

A INCLUSÃO DA CRIANÇA AUTISTA: O TRABALHO DO PROFESSOR REGENTE E DO CUIDADOR NA SALA DE AULA

Laura Geovana Parreira Silva¹
Maria Clemência Pinheiro de Lima Ferreira²

Resumo

A presente temática é um assunto dos dias atuais, uma vez que encontramos cada vez mais crianças com espectro autista na escola, e, portanto, a inclusão deve ser discutida. Este artigo tem como objetivo geral analisar como deve ser a interação do professor regente com o cuidador no trabalho com crianças com espectro autistas em sala de aula, perpassando os objetivos específicos: conceituar o que é o espectro autista; descrever como deve ser a inclusão da criança com espectro autista em sala de aula; discutir o papel do professor regente e do cuidador no trato da criança com espectro autista na sala de aula e refletir como deve ser o processo de formação dos profissionais que trabalham com crianças com espectro autista na sala de aula. A metodologia utilizada foi a pesquisa bibliográfica junto a autores que tratam do assunto. O estudo nos possibilitou a compreensão de que o cuidador desempenha um importante trabalho como auxiliar em sala de aula ao lado do professor e que a ação conjunta entre ambos é de fato necessária no dia a dia, porém, como apenas o docente possui formação profissional para lidar com os aspectos do ensino e da aprendizagem, além disso nem sempre há um profissional do AEE na escola e o cuidador na maioria das vezes não tem instrução que o capacite lidar com crianças com espectro autistas, é natural que haja lacunas no atendimento às crianças com o espectro autista em determinadas realidades dependendo da demanda da sala de aula ou da escola como um todo, sendo que o desenvolvimento destas crianças poderia alcançar níveis mais avançados se o cenário fosse outro.

Palavras-chave: autista, cuidador, inclusão, professor regente.

INTRODUÇÃO

A inclusão é um direito de todas as pessoas com deficiência. A Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência), conhecida como Lei nº 13.146 (BRASIL, 2015), se destina a “assegurar e a promover, em condições de igualdade, o exercício dos direitos e das liberdades fundamentais por pessoa com deficiência, visando a sua inclusão social e cidadania”.

Nas práticas inclusivas junto às pessoas com deficiência, consideradas pessoas com necessidades especiais, encontram-se as situações de inclusão escolar, sendo que todas as escolas, sejam públicas ou privadas, devem garantir condições de acesso, permanência, participação e aprendizagem a estas pessoas, conforme determinado

¹ Acadêmica graduanda do curso de Pedagogia da UniEVANGÉLICA;

² Mestre em Educação. Professora do ISE/UniEVANGÉLICA, Orientadora da Pesquisa

pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação de 20 de dezembro de 1.996 (LDB n. 9.394/96) no seu Cap. V. No entanto, a inclusão escolar nem sempre é considerada na prática ou não é realizada da forma correta.

Durante o estágio obrigatório de observação e regência do curso de Pedagogia no 1º ano do Ensino Fundamental, foi possível observar que a pessoa destinada a acompanhar a criança com espectro autista daquela turma, não tinha preocupação em auxiliá-la no processo de aprendizado e a professora regente não intervinha. Partindo dessa realidade, pode-se dizer que se todas as escolas seguissem esse padrão de acompanhamento, o desenvolvimento das crianças com necessidades especiais seria prejudicado. Deste modo, levantamos alguns questionamentos: Como deve ser essa inclusão para que a criança tenha um aprendizado efetivo? Qual é o papel do professor regente em relação ao processo de ensino e aprendizagem do aluno com espectro autista na relação com o cuidador? Que tipo de orientação e acompanhamento o cuidador necessita para realizar sua função? O profissional destinado a acompanhar a criança deficiente não deveria ter formação para atuar de forma a contribuir com o processo de aprendizagem e desenvolvimento dos educandos? Partindo desses questionamentos, este estudo buscou analisar como deve ser a forma de interação do professor regente com o cuidador no trabalho com crianças autistas em sala de aula, bem como da necessidade de formação do sujeito cuidador para exercer a sua função?

Para Stainback e Stainback (1999 apud DUEK, 2013), o ensino inclusivo é a prática da inclusão de todos, independentemente de suas características físicas, sociais ou intelectuais, de modo a atender todas as necessidades dos alunos. Sobre isso, enfatizam:

Educando todos os alunos juntos, as pessoas com deficiência têm a oportunidade de preparar-se para a vida em comunidade, os professores melhoram suas habilidades profissionais e a sociedade toma a decisão consciente de funcionar de acordo com o valor social da igualdade para todas as pessoas, com os consequentes resultados de melhoria da paz social (STAINBACK; STAINBACK, 1999, p. 21 apud DUEK, 2013, p.4).

Para estes autores, o ensino inclusivo solicita mais que a inserção da pessoa com deficiência no interior de classes regulares, é necessário que os profissionais presentes na escola estejam aptos a adequar as práticas educativas para esses alunos.

As práticas pedagógicas autoritárias e unilaterais, herdadas de modelos tradicionais de ensino, já não cabem mais nos dias de hoje, uma vez que devemos buscar formas, estratégias e diversos processos para garantir a aprendizagem de todos os alunos considerando as suas especificidades e, ainda, considerando que o aluno precisa ser preparado também para a vida fora do contexto escolar.

Na intenção de refletir sobre possíveis soluções para as dificuldades enfrentadas na inclusão das crianças com espectro autista, a presente pesquisa diz respeito sobretudo à interação que o professor regente e cuidador devem ter para lidar com essas crianças. Tivemos como objetivo geral analisar como deve ser a interação do professor regente com o cuidador no trabalho com crianças com espectro autista em sala de aula. Os objetivos específicos delinearão conceituar o que é o espectro autista; descrever como deve ser a inclusão da criança com espectro autista em sala de aula; discutir o papel do professor regente e do cuidador no trato da criança com espectro na sala de aula e refletir como deve ser o processo de formação dos profissionais que trabalham com crianças com espectro autista na sala de aula.

O presente trabalho consiste em uma pesquisa qualitativa que foi desenvolvida por meio de revisão bibliográfica. Apesar dos esforços em torno de uma coleta de dados em campo, esta não foi possível por conta da pandemia.

1. O espectro autista: conceito e características

O termo autismo provém do grego *auto* que significa “de si mesmo”. Foi utilizado pela primeira vez pelo psiquiatra suíço Eugen Bleuler, em 1911, que procurava descrever a fuga da realidade e o retraimento interior dos pacientes acometidos de esquizofrenia (CUNHA, 2012, p.20 apud SILVA, NUNES, SOBRAL, 2019, p.5).

O autismo, também conhecido como TEA (Transtorno do Espectro Autista) é um transtorno que está ligado a déficits significativos na interação social. Em 1943, o Dr. Leo Kanner descreveu relatos de crianças que tinham resistência a mudanças e insistiam nas mesmas coisas, não conseguiam dar entonação adequada à fala, tinham ecolalia (eco na linguagem) ou confundiam os pronomes pessoais. Os relatos de Kanner são considerados um dos primeiros estudos sobre o espectro autista, apesar de já existirem relatos de casos anos antes (VOLKMAR; WIESNER, 2019).

Antigamente acreditava-se que os casos de autismo provinham de famílias nas quais os pais eram bem-sucedidos. Na época, buscando uma explicação para o autismo, chegou-se a acreditar que talvez o sucesso pessoal e profissional, faziam com que os pais negligenciassem seus filhos de alguma maneira. Mas com diversos estudos realizados, chegou-se à compreensão que esse transtorno está relacionado à genética e às alterações na estrutura cerebral (VOLKMAR; WIESNER, 2019).

Para Braunwald (1988, p.822 apud SOUSA; SANTOS, 2006, p, 4), "o autismo é uma síndrome representada por um distúrbio difuso do desenvolvimento da personalidade." Portanto, quando tentamos invadir o mundo da criança autista de forma agressiva ou barulhenta, estas acabam se alterando. Ademais, possuem limitações na integração social recíproca, tendem a ter limitações na linguagem verbal ou não verbal ignorando tudo que está ao seu redor, criando então o próprio mundo, a própria imaginação, percebendo as coisas de um jeito diferente dos demais.

De acordo com o Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais (DSM-5) (American Psychiatric Association - APA, 2014):

[...] As características essenciais do transtorno do espectro autista são prejuízo persistente na comunicação social recíproca e na interação social e padrões restritos e repetitivos de comportamento, interesses ou atividades. Esses sintomas estão presentes desde o início da infância e limitam ou prejudicam o funcionamento diário. O transtorno do espectro autista também é definido por padrões restritos e repetitivos de comportamento, interesses ou atividades que mostram uma gama de manifestações de acordo com a idade e a capacidade, intervenções e apoios atuais. (APA, 2014, p.98)

Assim, o autismo é um transtorno global do desenvolvimento no qual as crianças autistas vivem em um mundo imaginário, expressam comportamentos às vezes obsessivos, apresentam repetição dos movimentos. No que se refere ao funcionamento humano, a deficiência não pode ser analisada como determinante do futuro, do desenvolvimento e da aprendizagem do sujeito, pois depende das condições concretas oferecidas pelo grupo social e pelas formas de interagir e agir (SILVA; NUNES; SOBRAL, 2019; COTA; PEREIRA,2015).

Volkmar e Wiesner (2019) abordam o fato de que com o passar do tempo, notou-se evidências de que o autismo tinha base cerebral, devido ao frequente

desenvolvimento de transtorno convulsivo durante a infância. Sobre esses fatores genéticos:

Tornou-se evidente que existe uma ampla gama de variabilidade nos fenótipos do autismo e que inúmeros genes e mecanismos criam considerável heterogeneidade genética. Mais comumente, parecem ser vários os genes envolvidos no transtorno, os quais também estariam envolvidos na expressão potencial de uma vasta gama de condições (o “fenótipo mais amplo”). O envolvimento de muitos dos genes identificados faz sentido, uma vez que parecem estar implicados em aspectos do desenvolvimento do cérebro ou na conectividade neural (VOLKMAR; WIESNER, 2019, p.18).

Por conseguinte, os autores expressam que as influências genéticas são muito importantes no autismo. Hoje, os especialistas consideram que a contribuição dos fatores genéticos esteja ao redor de 90%, sobrando para o ambiente apenas 10% da responsabilidade (VIEIRA, 2014).

Observa-se que cada criança autista tem uma forma diferente de reação, sendo, que maior parte possui dificuldade de interação, desenvolvimento cognitivo e dificuldade na linguagem. Sobretudo, percebe-se que o autismo não é adquirido por algum acidente ou é algo contagioso, uma vez que se trata de um transtorno neurológico. Até então não existe cura, mas há tratamentos que estão sempre em progresso na busca de melhorias e desenvolvimento para os autistas (SILVA; RAMALHO; BARBOSA; 2019).

Portanto, podemos concluir que o TEA é considerado um transtorno que vai além da sua complexidade, e está longe de ser definido com exatidão, pois não existem meios pelos quais se possa testá-lo, muito menos medi-lo, visto que desde a década de 1970, ocorreram e ocorrem inúmeras mudanças na classificação do autismo (GOMES; ONZI; 2015).

2. A inclusão da criança com espectro autista em sala de aula

O termo inclusão se fez muito presente nos últimos tempos, e no que diz respeito a inclusão do aluno autista, ela tem o propósito de incluir crianças e adolescentes nas escolas regulares, independente do seu grau de desenvolvimento. A Inclusão Educacional constitui-se na escola para cumprir sua função social, transformadora, propiciando a aprendizagem do aluno autista, tendo em vista o compromisso de inclui-

lo numa sociedade mais justa e solidária, para concretização de sua missão maior que é preciso formar alunos responsáveis e críticos. Com o processo de inclusão os alunos aprendem a conviver com a diferença na sala de aula e tendem a se tornarem cidadãos solidários e responsáveis pelo próximo (SILVA; NUNES; SOBRAL; 2015).

Segundo Pan (2008 apud ONOHARA; SANTOS CRUZ; MARIANO, 2018; p.5) “além de auxiliar o aluno na adaptação do espaço físico, o professor regular precisa criar metodologias e utilizar recursos para garantir a aprendizagem do aluno”. Com isso, faz-se necessário um planejamento participativo entre a equipe pedagógica, uma vez que o aluno com necessidades educacionais especiais demanda estratégias diferenciadas para aprendizagem diante dos objetivos designados.

Se comparada com uma criança de desenvolvimento típico, a criança com espectro autista, de forma geral, se desenvolve de forma mais lenta. A escola deve estar sempre atenta e evitar o autoritarismo, não cobrando desenvolvimento igual das crianças e compreendendo que o autista interage e participa da sua maneira, devendo ajudá-la a manter seu mundo interno organizado garantindo uma rotina. Um dos fatores muito importante para de fato incluir os alunos com autismo é a metodologia, e para isso a escola e os profissionais devem conhecer cada caso, envolver-se com a questão, mantendo contato com os membros da família e com outros profissionais que atendam a criança (SILVA; NUNES; SOBRAL; 2019).

Na educação em geral, mais substancialmente na educação inclusiva, deve permanentemente haver diálogo crítico entre a multiplicidade de sujeitos, tempos, lugares e culturas. O ensino inclusivo toma por base a visão sociológica de deficiência e diferença, admitindo que, para atender as necessidades individuais de todos os envolvidos, os espaços escolares têm a necessidade de serem transformados. A inclusão não significa tornar todos iguais, mas respeitar as diferenças, empregando diversos métodos para responder às diferentes necessidades e níveis de desenvolvimento individual (COTA; PEREIRA; 2015).

Nesse viés, dentro do ambiente escolar, o professor atua como mediador, como facilitador do processo de ensino aprendizagem, e precisa estar sempre em busca de conhecimento sobre o assunto para melhor conhecer a especificidade do seu aluno, trazendo sempre metodologias que possam lhe ajudar a incluir esse aluno com autismo

na sala de aula. A prática ativa do professor permite que o aluno com TEA seja respeitado, incluído, valorizado. Além disso, faz com que ele possa desenvolver habilidades e sua autonomia, minimizando dificuldades e o preconceito dentro da sala de aula. Assim dizendo, compreender sobre o autismo vai além de ajudar o aluno em sua trajetória, pois também admite que o docente identifique os distintos tipos de realidade vividos em sala de aula, amplie seu repertório de trabalho e repense suas práticas (PAULA; PEIXOTO; 2019).

Os desafios de adaptar o conteúdo, se comunicar e intermediar a interação dos alunos com os demais, selecionar uma metodologia válida que se realize para o aprendizado da criança, fazem parte do desafio do docente na inclusão da criança autista em sala de aula (SILVA; NUNES; SOBRAL; 2019).

Nesse âmbito de favorecer uma aprendizagem mesmo com os desafios do processo de inclusão, surge o Atendimento Educacional Especializado (AEE), que é um serviço oferecido nas escolas comuns, dando suporte para a formação do aluno.

A Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva define que (BRASIL, 2007 apud ONOHARA; SANTOS CRUZ; MARIANO; 2018).

Em todas as etapas e modalidades da educação básica, o atendimento educacional especializado é organizado para apoiar o desenvolvimento dos alunos, constituindo oferta obrigatória dos sistemas de ensino. Deve ser realizado no turno inverso ao da classe comum, na própria escola ou centro especializado que realize esse serviço educacional [...] (BRASIL, 2007, p. 16 apud ONOHARA; SANTOS CRUZ; MARIANO; 2018, p.4).

A Resolução nº 4, de 2 de outubro de 2009, estabelece que a Educação Infantil, o Ensino Fundamental obrigatório de nove anos e o Ensino Médio devem possuir atendimento educacional especializado - AEE, uma vez que englobam a educação básica. Esse atendimento deve estar articulado com a proposta pedagógica do ensino comum, disponibilizando os serviços e recursos próprios desse apoio.

O AEE é um atendimento com caráter complementar e/ou suplementar ao ensino regular, sua oferta é obrigatória a todos os alunos público alvo da educação especial e acontece no contra turno escolar ou em momentos específicos em uma sala de recursos; é neste espaço que serão realizados trabalhos com a perspectiva de focar nas necessidades dos alunos (FERREIRA; LIMA; GARCIA). Mesmo sendo um serviço

obrigatório, conforme o descrito na LDBn.9394/ 96 ³ no Capítulo III, art. 4º, inciso III, nem sempre a escola possui um AEE atuante e presente para desenvolver atividades específicas e dar suporte ao trabalho do professor e às necessidades do autista, muito menos acompanhá-lo de perto em sua aprendizagem, o que também nem é o caso como foi descrito acima. A pessoa que desempenha um papel mais presente junto ao professor dentro da sala de aula é o cuidador, do qual trataremos a seguir.

3. O papel do professor regente e do cuidador no trato da criança autista na sala de aula

Legitimar identidades sociais únicas e hegemônicas para construir uma história nacional é um grande desafio para os professores, uma vez que isso significa tornar acessível aos alunos o conhecimento sobre as diferentes sociedades e seus atuantes, bem como eliminar discursos discriminatórios, possibilitando, assim, uma compreensão de que é através das relações e mediações das experiências históricas com o “outro” que nos constituímos (COTA; PEREIRA; 2015).

O papel do professor como mediador no processo ensino e aprendizagem é fundamental, porém devemos considerar que para realizar a inclusão todos devem participar, independente das diferenças de cada um. O professor é quem passa mais tempo buscando caminhos para adequar o ensino aprendizagem para seus alunos; afinal um papel importante na prática docente é perceber as primeiras dificuldades de desenvolvimento da criança, indicando se algumas precisam de acompanhamento multidisciplinar e então fazer a ponte desse processo. (SILVA; SOBRAL, 2019; SILVA; RAMALHO; BARBOSA, 2019).

Professores de crianças com TEA precisam ter o conhecimento sobre as dificuldades de seu aluno, precisam de informações e orientações quanto ao desenvolvimento geral da criança e formas de auxílio para um bom desempenho desses alunos. Durante o processo, é necessário olhar as singularidades da criança, não perdendo de vista as reais potencialidades delas. Não existe uma fórmula, um único jeito de ensinar, para um aprendizado eficaz e significativo é necessário tempo,

³De acordo com a LDB n. 9394/96, o público alvo da educação especial é: a. Alunos com deficiência; b. Alunos com transtornos globais do desenvolvimento; c. Alunos com altas habilidades/superdotação.

persistência, olhar para as singularidades, estudo e dedicação. É através desse olhar que se percebe a criança, além do transtorno e das diferenças (COTA; PEREIRA; 2015).

Ao selecionar as metodologias para o ensino das crianças autistas, o professor deve atentar aos diversos recursos para uma melhor aprendizagem e uma evolução satisfatória. Assim, é necessário que os educadores tenham habilidades de programar no currículo tudo o que atenda às necessidades dos alunos, para fazer com que os educandos tenham autonomia futura e um bom progresso (SILVA; RAMALHO; BARBOSA; 2019).

O profissional que desenvolve atividades com a criança autista, deve observar o que mais gera interesse na criança e dentro desses interesses elaborar atividades que estimulem o seu desenvolvimento. Para ter um avanço no aspecto intelectual, o autista precisa exercitar a atenção e precisa ser incluído no meio social, devendo sempre ser estimulado a partir de atividades significativas para favorecer seu processo de aprendizagem (SILVA; SOBRAL; 2019).

Segundo a literatura, na educação há poucos profissionais especializados para trabalhar com crianças que apresentam deficiência, em especial os alunos com transtorno do espectro autista, neste campo, o déficit de profissionais é maior. O cargo de “cuidador”, é a função de apoio escolar que passa a ser ocupado por pessoas que, de forma geral ou a maioria, cursam apenas o ensino médio e acabam se tornando “babás”, não atuando como ajudantes que desempenham tarefas pedagógicas, o que acaba sendo improdutivo podendo até prejudicar o desenvolvimento da criança autista, afinal, eles não têm capacitação específica (SILVA; RAMALHO; BARBOSA; 2019).

A ausência de lei específica que regulamente a função de cuidador no Brasil, inclusive a partir da inadequação deste termo, dificuldades enfrentadas no cotidiano escolar, a falta de literatura sobre o tema, a falta de formação acadêmica adequada e o não reconhecimento desta pessoa como profissional qualificado dentro do sistema educacional, fazem com que esta função fique nos bastidores do processo ensino-aprendizagem, o que, segundo Santos, Pereira e Faria (2016), é um erro, já que na escola, este atua ao lado do aluno com necessidades educativas especiais, e deveria

ser um dos suportes mais importante da criança, uma vez que o professor regente tem uma sala inteira para lidar.

O Cuidador Escolar é a pessoa que está inserida, de certa forma no universo das áreas do conhecimento que são desenvolvidas junto às crianças na escola, e existe ali para ajudar o educando com necessidades educativas especiais no contexto escolar, colaborando assim, com a perspectiva da educação inclusiva. Portanto, podemos perceber o quão importante é este papel e como seria necessário que este profissional tivesse formação adequada, o que deveria ser, no mínimo, uma formação acadêmica em Pedagogia (SANTOS; PEREIRA; FARIAS; 2016).

Chegamos à compreensão então de que os profissionais que irão trabalhar com esses alunos, devem ser especializados para tratar da criança com TEA, sabendo identificar os comportamentos destas e sensibilizando-se pelas suas dificuldades específicas, sendo proativos no sentido de observar como pode ajudá-los ali em sala de aula para que desenvolvam as habilidades sociais, comunicativas e cognitivas (SILVA; RAMALHO; BARBOSA; 2019).

4. Aspectos da formação dos profissionais que trabalham com crianças com espectro autista na sala de aula.

Entendemos que, de maneira geral, existe uma convenção social de que a formação inicial e continuada em qualquer área, é necessária para a atuação profissional, e neste sentido, há necessidade de refletirmos sobre as pessoas que atuam na escola junto às crianças com espectro autista.

A formação dos professores é muito importante em todo e qualquer sentido, mas quando se trata de ensinar crianças com TEA, há aspectos que são específicos. O profissional deve receber formação teórica e prática para lidar com a demanda de alunos com TEA nas situações do dia-a-dia, uma vez que um autista precisa ser visto como alguém capaz de desenvolver habilidades por intervenção de estratégias apropriadas como por exemplo, adaptar as atividades escolares para que essa criança possa realizá-las com mais autonomia e independência. Se esse profissional não buscar especialização e não tiver conhecimento apropriado sobre este transtorno, ao

invés de impulsionar o desenvolvimento, pode estagná-lo ou até provocar retrocessos (SILVA; RAMALHO; BARBOSA; 2019).

Segundo Cunha (2008, p.85), é imprescindível que o professor invista “tempo no conhecimento desse aluno através do cotidiano escolar para que se possa estabelecer as estratégias pedagógicas e reconhecer as possibilidades de aprendizado”. Quando o professor tem uma formação continuada, aí sim há maior possibilidade de atuar como facilitador da aprendizagem por saber utilizar recursos metodológicos proporcionando novas formas de comunicação com a criança autista, que assim terá uma melhor aprendizagem. Entretanto no Brasil não há uma formação específica em nível de especialização focada para ensinar alunos com TEA, este transtorno é abordado apenas nos cursos de Psicopedagogia e Educação Inclusiva, dentre tantas outras síndromes e problemas de aprendizagem (SILVA; RAMALHO; BARBOSA; 2019).

Diante de toda esta questão, temos o fato de que, na realidade do dia a dia da sala de aula, muitas vezes é o cuidador a pessoa que passa mais tempo ao lado da criança com necessidades educativas especiais. Conforme Silva (2018, p. 40), fica claro que “esses profissionais são de suma importância, haja vista que eles não atuam somente na higiene, alimentação e locomoção, atuam também sempre que necessário em sala de aulas orientando os educandos em seus deveres de casa”.

A relação entre o professor regente e o cuidador precisa ser muito próxima. O professor precisa ouvir o cuidador que fica em sua sala na hora de planejar suas aulas, já que é o cuidador quem fica ao lado do educando. Além disso, o professor precisa orientá-lo sobre as atividades que serão desenvolvidas, inclusive passando-as com antecedência para que o cuidador conheça o que será trabalhado.

Há a necessidade também de discutir o processo de desenvolvimento do educando, pois é com o cuidador que a criança normalmente estabelece um vínculo de afetividade e confiança. Ou seja, esse diálogo deve ser sempre constante.

O cuidador escolar, na sua grande maioria, assume esse trabalho por meio de contrato temporário e a profissão ainda não é regulamentada na Consolidação das Leis do Trabalho (CLT). Ou seja, esse “profissional” não tem associação classista, nem sindicato. Além disso, não há um critério de formação mínima, o que dificulta a sua valorização e a legitimidade desta categoria. Mesmo não havendo exigências, nem

especificidades sobre a formação do cuidador escolar, é importante que a pessoa do apoio escolar saiba qual a sua função e compreenda a educação inclusiva como ponto de partida para efetivar suas ações de forma eficaz, gerando a inclusão de todos, sem exceção no sistema de ensino (SILVA; OLIVEIRA; 2019).

É relevante e necessário considerar sobre a capacitação do cuidador escolar, diante da carência de uma política pública que vise a profissão do cuidador escolar e forneça uma capacitação adequada para que ele possa ser reconhecido pelo trabalho que realiza. Podemos ver dentro de sala de aula como esta pessoa é necessária e como uma capacitação seria importante para o exercício de sua função. Segundo Freire et al (2019, p. 103):

O cuidador é também um agente de transformação, pois possibilita uma mediação entre o conhecimento historicamente construído e passado em sala pelo professor ao educando com base em seu acompanhamento, pois é com eles que as crianças costumam tirar dúvidas e demonstrar suas dificuldades. (FREIRE; BRITO; SILVA, 2019, p.103).

Diante do exposto, podemos concluir que o cuidador escolar necessita de uma formação e capacitação adequada, mas não é o que ocorre. Na maioria das vezes, esse cuidador chega às escolas e não conhece nada sobre deficiências e não sabe de fato qual é o seu papel dentro do contexto escolar. Ter este conhecimento, certamente enriqueceria as suas práticas em contextos de educação formal.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O autismo é um transtorno neurológico que está relacionado à genética e às alterações na estrutura cerebral. Ele também é conhecido como TEA (Transtorno do Espectro Autista), e a palavra é de origem grega, auto significa “de si mesmo”. Sendo ele um transtorno global do desenvolvimento, as crianças com TEA possuem déficits significativos na interação social, limitações na linguagem verbal ou não verbal e enxergam o mundo de acordo com sua imaginação.

A Inclusão Educacional surge como uma forma de transformar a educação em um ato de compromisso ao incluir as crianças com necessidades educacionais especiais no exercício de uma sociedade mais justa e solidária. A inclusão na sala de aula faz com que os alunos aprendam a conviver com a diferença e tendem a se tornar

cidadãos de bem e responsáveis também pelo próximo. Para que a inclusão ocorra de fato, a escola e os profissionais devem estar atentos e adequar as metodologias em cada caso, devendo estabelecer permanentemente o diálogo crítico entre a multiplicidade de sujeitos, tempos, lugares e culturas.

Tanto o professor como o cuidador exercem papéis essenciais no processo de aprendizagem da criança autista. Cada um possui sua responsabilidade, porém eles precisam trabalhar juntos para efetivar o desenvolvimento da criança com TEA. O papel do professor é o de mediador no processo ensino aprendizagem e é necessário que ele tenha habilidades de adaptar um currículo que atenda às necessidades dos alunos. Já o Cuidador Escolar é a pessoa que está inserida em um contexto de ajuda ao educando com necessidades educativas especiais e que nem sempre consegue contribuir mais de perto com as situações de aprendizagem por não ter capacitação para tal tarefa.

Quanto à formação desses profissionais, podemos perceber que a formação inicial dos professores é muito importante uma vez que durante este processo são abordados temas da inclusão, mas há também necessidade de uma formação continuada para que haja maior possibilidade e facilidade para atuação como facilitador da aprendizagem. No entanto, na realidade do dia a dia da sala de aula, o cuidador representa um papel importante ao lado da criança com necessidades educativas especiais, principalmente se na escola não houver um profissional para a função do AEE. Na verdade, o AEE não vai suprir a necessidade de atenção constante que a criança com TEA apresenta, e por fim, é o cuidador quem desempenha este papel. Por outro lado, constatamos que não há um critério de formação mínima desse profissional, o que contribui para sua não valorização e não é possível que este contribua de maneira compatível com a necessidade da criança com TEA.

Apesar dos esforços em torno de uma coleta de dados em campo para a realização deste trabalho, esta não foi possível por conta da pandemia, mas entendemos que a revisão bibliográfica foi suficiente para alcançar os objetivos, bem como permitiu ter uma visão crítica sobre o assunto.

Levando-se em consideração os aspectos apresentados, podemos concluir que a inclusão da criança autista em sala de aula é um processo contínuo, que não é fácil, mas é garantido por lei e todas as escolas precisam estar preparadas para tal

atendimento, contando com profissionais preparados para promover a aprendizagem dos educandos com TEA, primando por profissionais do AEE e cuidadores bem capacitados. O trabalho deve ser conjunto, mas a falta de formação, sobretudo do cuidador, função mais frequentemente encontrada na escola, até em substituição ao AEE, não permite troca efetivas ou suporte qualificado e é natural que haja lacunas no atendimento às crianças com o espectro autista em determinadas realidades dependendo da demanda da sala de aula ou da escola como um todo, sendo que o desenvolvimento destas crianças poderia alcançar níveis mais avançados se o cenário fosse outro.

Naturalmente muitos dos aspectos aqui apresentados precisam de mais investigações. O assunto não se esgota por aqui, até mesmo porque a problemática do cuidador e do AEE se tornam um dos elementos de discussão e de pauta das iniciativas públicas que tratam da Educação.

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Resolução nº 4, de 2 de outubro de 2009**. Institui Diretrizes Operacionais para o Atendimento Educacional Especializado na Educação Básica, modalidade Educação Especial. Ministério da Educação/Conselho Nacional de Educação/ Câmara de Educação Básica. 2009. Disponível em: <https://www.legisweb.com.br/legislacao/?id=112035>. Acesso em: 20 abr. 2021.

BRASIL. **Lei nº 13.146**. 6 de julho de 2015. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/l13146.htm . Acesso em: 17 nov.2020.

DUEK, Viviane Preichardt. A visão dos professores sobre a inclusão escolar de alunos com deficiência. **Educação Saberes e Práticas**. v. 2, n. 1 (2013). Disponível em: http://revistaeletronica1.hospedagemdesites.ws/revista_saberes_praticas/pasta_upload/artigos/a19.pdf . Acesso em: 27 out.2020.

COTA, Flávia dos Santos, PEREIRA, Sônia Cristina do Amaral. Desafios Contemporâneos para a Inclusão das Diferenças. *In: IV COLÓQUIO INTERNACIONAL EDUCAÇÃO, CIDADANIA E EXCLUSÃO: DIDÁTICA E AVALIAÇÃO*, 2015, Rio de Janeiro. **Anais** [...]. Disponível em: <http://editorarealize.com.br/artigo/visualizar/11108> . Acesso em: 18 mai.2021.

CUNHA, P. A criança com autismo na escola: possibilidades de vivência da infância. In: MANTOAN, M. T. E. **O desafio das diferenças nas escolas**. Petrópolis: Vozes, 2008.

FERREIRA, Simone de Mamann, LIMA, Eloisa Barcellos de, GARCIA, Fernanda Albertina. O Serviço de Atendimento Educacional Especializado/AEE e Práticas Pedagógicas na Perspectiva da Educação Inclusiva. **Revista Cadernos de Estudos e Pesquisa na Educação Básica**, Recife , v.1 , n.1 , p.46 - 61 , 2015 . CAp UFPE. Disponível em: <https://periodicos.ufpe.br/revistas/cadernoscap/article/view/14993> . Acesso em 23 mar.2021.

FREIRE, Kátia Maria de Aguiar; BRITO, Maria Durciane Oliveira; SILVA, Heber Ferreira da. Acessibilidade e Inclusão: a importância do cuidador de crianças com deficiência física na escola. RACE, **Revista de Administração**. ISSN 1806-0714, v. 4, 2019. Disponível em: <https://revistas.cesmac.edu.br/index.php/administracao/article/view/1043>. Acesso em 18 mai.2021.

GOMES, Roberta de Figueiredo, ONZI, Franciele Zanella. Transtorno do Espectro Autista: A Importância do Diagnóstico e Reabilitação. **Caderno Pedagógico**. v. 12, n. 3 (2015). Disponível em: <http://www.univates.br/revistas/index.php/cadped/article/view/979/967>. Acesso em 09 mar.2021.

MANTOAN, Maria Teresa Eglér. **Inclusão escolar: o que é, por que é? Como fazer?** São Paulo: Moderna, 2003.

Manual diagnóstico e estatístico de transtornos mentais: **DSM-5**. 5. ed. Porto Alegre: Artmed, 2014. Disponível em: <http://www.niip.com.br/wp-content/uploads/2018/06/Manual-Diagnostico-e-Estatistico-de-Transtornos-Mentais-DSM-5-1-pdf.pdf>. Acesso em 14 mar.2021

ONOHARA, Ariane Mieko Himeno, SANTOS CRUZ, José Anderson, MARIANO, Maria Luiza. Educação inclusiva: o trabalho pedagógico do professor para com o aluno autista no ensino fundamental I. **Doxa: Rev. Bras. Psicol. Educ.** Araraquara, São Paulo. v.20, n.2, 2018. e-ISSN: 2594-8385. Disponível em: <https://periodicos.fclar.unesp.br/doxa/article/view/12020/7832> . Acesso em: 08 set.2020.

PAULA, Jessyca Brennand de, PEIXOTO, Mônica Ferreira. A Inclusão do Aluno com Autismo na Educação Infantil: Desafios E Possibilidades. **Cadernos de Pedagogia**. v. 13, n. 26 (2019). Disponível em: <http://www.cadernosdapedagogia.ufscar.br/index.php/cp/article/view/1289#:~:text=No%20contexto%20da%20educa%C3%A7%C3%A3o%20inclusiva,jogos%20e%20a%20forma%C3%A7%C3%A3o%20continuada> . Acesso em: 09 mar.2021.

SANTOS, Wellington Dos, PEREIRA, Luciano Gomes, FARIAS, Álvaro Luiz Pessoa De. A importância do cuidador escolar na educação de alunos com necessidades educacionais especiais: da educação especial no modelo segregado a perspectiva da educação inclusiva. **Anais II CINTEDI...** Campina Grande: Realize Editora, 2016. Disponível em: <http://editorarealize.com.br/artigo/visualizar/22569> . Acesso em: 23 mar.2021.

SILVA, Kévia Dawlay Lima Da et al.. A capacitação dos cuidadores escolares e sua implicação na construção de uma educação inclusiva. **Anais VII CONEDU - Edição Online...** Campina Grande: Realize Editora, 2020. Disponível em: <http://editorarealize.com.br/artigo/visualizar/67522> . Acesso em: 06 abr.2021.

SILVA, Marília Marluce; NUNES, Cícera Alves; SOBRAL, Maria do Socorro Cecílio. A Inclusão Educacional de Alunos com Autismo: Desafios e Possibilidades. **Id On Line - Revista Multidisciplinar e de Psicologia**. V.13, N.43, p.151-163, 2019. Disponível em: <https://idonline.emnuvens.com.br/id/article/view/1519/2270> . Acesso em 29 set.2020.

SILVA, Maria Erica da, RAMALHO, Maria de Lourdes Ribeiro dos Santos, BARBOSA, Izabel Cristina Izidoro de Souza. A (Desin) Formação do Professor: Inclusão de Crianças com Transtorno do Espectro Autista (TEA) em Sala de Aula. *In: Anais do V JOCUPE (Jornada do Curso de Pedagogia) EDUCAÇÃO INCLUSIVA E RESPEITO AS DIFERENÇAS*, 2019, Pernambuco. Disponível em: <https://docplayer.com.br/169300950-Anais-v-jocupe-educacao-inclusiva-e-respeito-as-diferencas-23-e-24-de-maio-de-2019-arcoverde-pe-issn.html> . Acesso em 18 mai.2021.

SILVA, Sayonara Meireles da. **Educação Inclusiva: A Importância do Cuidador Escolar no Acompanhamento do Educando com Deficiência**. Trabalho de Conclusão de Curso. João Pessoa: UFPB, 2018. 46f. Disponível em: https://repositorio.ufpb.br/jspui/handle/123456789/14174?locale=pt_BR . Acesso em 18 mai.2021. Acesso em 18 mai.2021.

SOUSA, Pedro Miguel Lopes de; SANTOS, Isabel Margarida Silva Costa dos. **Caracterização da Síndrome Autista**, Universidade de Coimbra, Portugal, 2006. Disponível em: <https://www.psicologia.pt/artigos/textos/A0259.pdf> . Acesso em 18 mai.2021.

VIEIRA, Thalita Pereira et al. A inserção da química no ensino de crianças autistas. **Anais I CINTEDI...** Campina Grande: Realize Editora, 2014. Disponível em: <https://www.editorarealize.com.br/artigo/visualizar/8414>. Acesso em 21 mar.2021.

VOLKMAR, Fred R.; WIESNER, Lisa A. O que é autismo? Conceitos de diagnóstico, causas e pesquisas atuais. *In: Autismo – guia essencial para compreensão e tratamento*. São Paulo: Artmed, 2019. Cap. 1. Disponível em <https://statics-submarino.b2w.io/sherlock/books/firstChapter/133833760.pdf> . Acesso em 03 set.2020.

ZANON, Regina Basso. BACKES, Bárbara. BOSA, Cleonice Alves. Identificação dos Primeiros Sintomas do Autismo pelos Pais. **Psicologia: Teoria e Pesquisa**. Jan – Mar, 2014, Vol. 30 n. 1, pp. 25-33. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-37722014000100004. Acesso em 09 mar.2021.